

DIFUSÃO NOS ARQUIVOS ESTADUAIS: REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES EDUCATIVAS

Laysa Costa Silva (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Priscila Ribeiro Gomes (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Diante da crescente produção documental, os arquivos são responsáveis não apenas pela guarda da documentação, mas também pela preservação e divulgação da memória de uma sociedade. Para potencializar o acesso às informações contidas nos documentos, é necessário que sejam desenvolvidas atividades que atraiam a população para os acervos. Nesse sentido, este trabalho se propõe a discorrer sobre a importância da difusão dos documentos arquivísticos, com foco nas ações educativas. A partir disso, partimos do seguinte questionamento: quais são as ações/iniciativas dos arquivos públicos estaduais com o intuito de promover a difusão dos seus acervos?

A partir desta pergunta, o objetivo principal deste trabalho será refletir sobre o papel das instituições arquivísticas no fomento e promoção de ações educativas. Para tal, teremos como objetivos específicos: a) levantar bibliografia sobre o tema, a fim de ressaltar a importância da difusão nos arquivos, com foco nas práticas educativas; b) investigar e analisar quais instrumentos normativos os arquivos públicos estaduais possuem que estabeleçam diretrizes para difusão da instituição; e c) identificar, através dos

sites oficiais e dos relatórios anuais das instituições, quais atividades são realizadas pelo campo empírico nesse sentido.

Será delimitado como campo empírico os quatro arquivos públicos estaduais que se encontram localizados no Sudeste do Brasil (Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES); Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); e Arquivo Público Mineiro (APM)). Esta delimitação se deu, principalmente, pela possibilidade de analisar os arquivos na mesma esfera de poder e, também, em decorrência da representatividade das instituições quanto à atuação no acesso à informação pública.

Além disso, para a construção desta pesquisa, será realizado um recorte cronológico nos anos de 2019 e 2020. Assim, será possível compreender como as instituições difundiram seus arquivos antes da pandemia da COVID-19 e durante a pandemia, momento em que algumas ações precisaram se transformar, já que as atividades presenciais foram suspensas.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa serão de cunho investigativo, qualitativo e descritivo. A pesquisa apresenta-se investigativa, pois busca, por meio de um levantamento online, baseado principalmente em sítios eletrônicos das instituições arquivísticas mencionadas, destacar as atividades de difusão realizadas em cada uma; será qualitativa, por buscar realizar uma análise reflexiva levando em consideração os dados encontrados; e descritiva, pois pretende-se descrever as ações, caso as mesmas existam.

Este trabalho se insere no Simpósio Temático: ‘Arquivos, acervos e universos educativos’, por propor uma reflexão acerca da missão das instituições arquivísticas enquanto espaço potencial para a realização de práticas educativas. Conforme Barbosa e Silva (2012, p. 57), mediante essas ações os arquivos serão capazes de “difundir a importância da instituição na preservação de parte de nossa história e divulgar as potencialidades do acervo, transformando o Arquivo em uma ferramenta a serviço e à disposição da sociedade”. É, portanto, essencial que o arquivo seja compreendido como um espaço de troca de conhecimento e o arquivista, através do diálogo, participe ativamente no processo de ensino e aprendizagem dos usuários.

2 DIFUSÃO EM ARQUIVOS

Entende-se por difusão “as ações promovidas pelos arquivos com o objetivo de tornarem-se mais próximos das comunidades onde estão inseridos” (VAISMAN, 2021, p. 12), a fim de alcançar também um público que normalmente não frequenta essa instituição. De acordo com Rockembach

(2015, p. 100), a difusão consiste em “uma das funções arquivísticas, juntamente com a criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação e descrição”. No entanto, é possível observar que ainda é um tema pouco abordado na Arquivologia, se comparado com as outras funções arquivísticas mencionadas anteriormente.

É essencial que a difusão também possua seu espaço nas discussões da área, já que esta constitui um elemento estratégico e norteador “para potencializar a visibilidade dos arquivos e a imagem dos arquivistas” (SANTOS NETO; BORTOLIN, 2020, p. 146). O mesmo é confirmado por Rodrigues e Gomes (2021), que consideram a difusão uma função relevante na Arquivologia, na qual as ações de divulgação permitirão intensificar o acesso à informação e a disseminação da cultura e do conhecimento dos usuários nesses ambientes.

Para Rodrigues e Gomes (2021, p. 65) a difusão dos acervos

proporciona maior aproximação da sociedade com o arquivo e expande os seus usos. Eles deixam de se relacionar apenas aos aspectos primordiais da sua existência, ligados a questões administrativas e de pesquisa histórica e passam a agregar valores culturais e educativos. Pensar os arquivos por uma ótica que não apenas priorize a sua razão primária de criação contribui para alargar o seu valor social e a sua importância junto aos cidadãos que passam, a partir dos arquivos, a despertar para valores de patrimônio, cultura, memória, identidade.

As ações de difusão têm um papel importante na concepção do arquivo para a sociedade. Com isso, Barbosa e Silva (2012, p. 46) apontam que elas “devem ser colocadas em primeiro plano nas políticas institucionais dos arquivos, como parte de uma relação de interdependência entre recolhimento, custódia, preservação e gestão documental”. Pode-se dizer que “o arquivo é a ‘consciência histórica’ da administração. Também pode sê-lo relativamente à comunidade, se souber captar as potencialidades que, nesse sentido, lhe oferece seu acervo” (BELLOTTO, 2006, p. 228).

As possibilidades de difusão dos arquivos podem se dar através de três serviços, que são: a editoração, a difusão cultural e as ações educativas (BELLOTTO, 2006). Através dessas ações, podem ser realizadas

A publicação de livros, periódicos e conteúdo de internet, os quais estão ligados ao acervo e à memória que ele preserva; a estruturação de exposições, a programação de palestras e cursos; a condução de visitas monitoradas na instituição; o atendimento a grupos de alunos; a preparação de materiais didáticos; o oferecimento de oficinas

pedagógicas com documentos de arquivo, entre outras. (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 46)

Apesar da existência dessas três possibilidades de difusão, indicadas anteriormente, o foco deste trabalho se dará nas reflexões acerca das ações educativas nos arquivos. Tais ações consistem na abertura dos arquivos aos estudantes do ensino fundamental e médio, buscando incentivar o valor dos arquivos como fonte educativa e proporcionar aos alunos o conhecimento do meio local de sua cultura, com o objetivo de desenvolver neles o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que os rodeiam (BELLOTTO, 2006).

O serviço educativo não é recente. No Brasil, o ensino de História com documentos passou a ser discutido nas propostas de ensino que surgiram nos debates dos pesquisadores-professores, na década de 1980 (KOYAMA, 2015). Era recomendado para os docentes nesta época, elaborar metodologias e atividades com documentos arquivísticos. E “a partir das reformas curriculares de ensino de História dos anos noventa, a leitura de documentos tornou-se oficialmente um dos objetivos da aprendizagem no ensino fundamental e médio” (KOYAMA, 2015, p. 46).

A fim de distinguir as ações educativas das ações culturais e editoriais, cabe ressaltar, de acordo com Rodrigues e Gomes (2021, p. 66), que para que a ação seja considerada educativa “é preciso que haja um processo de aprendizagem, pois, apesar de toda ação educativa ser uma difusão cultural, nem toda difusão cultural é educativa (pois o objetivo primeiro não é a aprendizagem)”. Logo, a difusão educativa tem o intuito de possibilitar a troca de conhecimento com o usuário.

Será, principalmente, através da oralidade entre os arquivistas e os usuários que será realizado o processo de ensino e aprendizagem. Pizani e Oliveira (2017) trazem as ideias de Paulo Freire e, dentre elas, que será por meio do diálogo que se dará a libertação e conscientização dos indivíduos em suas relações com os outros e com o mundo. Ainda conforme os autores, “o diálogo no processo de ensino e aprendizagem é imprescindível, pois o mesmo possibilita a interação sociocultural entre os sujeitos envolvidos” (PIZANI; OLIVEIRA, 2017, n.p).

Com isso, é necessário que o arquivo seja compreendido como um espaço de diálogo, -bem como entender que “o serviço educativo deve fazer parte da estrutura organizacional de um arquivo como algo efetivo e sistemático” (RODRIGUES; GOMES, 2021, p. 66). Gomes, Monteiro e Costa (2012, p. 15) destacam que “os arquivos públicos são órgãos responsáveis pelo fomento e promoção de ações educativas”.

Torna-se, portanto, fundamental discutir a respeito da importância da contribuição dos arquivistas nas ações educativas. É dever dos profissionais do arquivo, tornar o acervo “acessível aos alunos, gerando cidadãos conscientes da importância da preservação de sua história” (GOMES; MONTEIRO; COSTA, 2012, p. 15). Além disso, é necessário que este profissional realize uma educação problematizadora e libertadora.

A função didática deve estar presente nos arquivos e se constituir em uma função a ser desempenhada pelos arquivistas. Conforme Bellotto (2006, p. 232), o que falta “é uma sistemática que promova a integração da função didática com a função arquivística”. Assim, “é preciso que a atividade educativa arquivística passe a constituir um elemento costumeiro, constante da programação escolar nas áreas de história e estudos sociais” (BELLOTTO, 2006, p. 232).

É essencial que nos arquivos também exista a mediação pedagógica, que, segundo Santos Neto e Bortolin (2020, p. 150) é “quando os arquivistas ensinam e aprendem com a comunidade e vice-versa. Os cidadãos poderiam assim, reconhecer a presença/importância do arquivo em suas vidas”. Com isso, é extremamente necessário mencionar que um diálogo “carregado de significações, amor, respeito e fé nos homens é o caminho para um processo de ensino e aprendizado eficaz e eficiente, capaz de proporcionar a transformação social e cultural dos indivíduos” (PIZANI; OLIVEIRA, 2017, n.p).

Por fim, é importante também que as instituições possuam setores responsáveis exclusivamente pela disseminação do seu acervo, que tenham como função principal a organização e realização de diversas atividades voltadas para a comunidade. Ademais, é necessário que exista uma política de difusão bem estruturada, que determine as ações que auxiliarão na difusão dos acervos. A seguir, serão apresentados os dados localizados neste trabalho, a fim de atender os objetivos específicos e tentar responder o questionamento apresentado no início deste artigo.

3 RESULTADOS ENCONTRADOS

Vale mencionar que este texto é parte de estudo que está sendo desenvolvido no Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Deste modo, buscou averiguar se/como as ações educativas estão presentes nos arquivos, foi selecionado como campo empírico o APESP, o APEES, o APERJ e o APM. Acredita-se que, através do panorama traçado para o estudo, será possível obter uma representação das ações de difusão em nível nacional.

Assim, será apresentado a seguir um quadro elaborado pelas autoras, com informações sobre as competências dos Arquivos relacionadas à difusão, caso elas existam. Em seguida, será indicada a existência ou não de um setor responsável exclusivamente pelas ações educativas. Caso tal setor não exista, será apontado qual mais se aproxima dessa responsabilidade. E, por fim, será indicada a presença ou não de instrumentos normativos nos arquivos que dissertem sobre as ações de difusão. É importante salientar também que os elementos que não foram localizados nos sites e nos relatórios, foram solicitados via e-SIC às instituições.

Quadro 1 - Informações das instituições com foco na difusão

	COMPETÊNCIAS RELACIONADAS À DIFUSÃO	SETOR RESPONSÁVEL PELAS AÇÕES EDUCATIVAS	INSTRUMENTOS NORMATIVOS
APESP	Formular e implementar a política estadual de arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, da preservação e da difusão do patrimônio documental do Estado, garantindo pleno acesso à informação (Decreto N° 54.276, de 27 de abril de 2009)	Núcleo de Ação Educativa, subordinado ao Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa	Plano Diretor do APESP (2019), com 9 políticas, dentre elas a Política de Potencialização das Ações de Difusão
APEES	Apoiar pesquisas histórico-culturais estimulando a produção do conhecimento e a divulgação do acervo; orientar os pesquisadores quanto aos procedimentos de pesquisa, utilização dos equipamentos e documentos; as solicitações de serviços, incluindo-se o atendimento à distância; e realizar atividades de	Não possui, sendo a Coordenação de Acesso à Informação a que mais se aproxima de ser a responsável pela difusão	Não possui

	Mediação Cultural, como: exposições, publicações de livros, revistas, dentre outros produtos e eventos, com vistas à divulgação do acervo, promovendo a história e a cultura capixaba (site)		
APERJ	Implementar a política estadual de arquivos definida pelo Conselho Estadual de Arquivos - CONEARQ, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental estadual, garantindo pleno acesso à informação e visando incentivar a produção de conhecimento científico e cultural (Resolução Casa Civil N° 339, de 20 de março de 2014)	Não possui, sendo a Coordenadoria de Acesso à Informação a que mais se aproxima de ser a responsável pela difusão	Não possui
APM	Formular e administrar a gestão de documentos, efetuar o recolhimento, a organização e a preservação dos documentos procedentes do Poder Executivo de Minas Gerais e dos arquivos considerados privados que possuem interesse público e social (site)	Não possui, sendo o Núcleo de Acesso à Informação e Pesquisa o que mais se aproxima de ser o responsável pela difusão	Não possui

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos sites, nos relatórios de atividades das instituições e nas informações recebidas via e-SIC.

Ao analisar os dados apresentados no quadro, é possível constatar que apenas o APESP possui um setor responsável exclusivamente pelas ações educativas. As outras instituições possuem setores encarregados por diversas atividades, dentre elas algumas que se aproximam da difusão de forma geral. No que tange a um instrumento normativo que tenha como função planejar e indicar diretrizes relacionadas as ações de difusão, como por exemplo uma política, apenas o APESP possui tal documento.

Buscando atender um dos objetivos específicos deste trabalho, que diz respeito à identificação de quais atividades de difusão os arquivos realizam, será apresentado a seguir um levantamento elaborado pelas autoras com base nas informações contidas nos websites oficiais das instituições e nos relatórios de atividades publicados pelos Arquivos. Os anos utilizados como recorte cronológico para o levantamento dos dados foram 2019 e 2020.

Quadro 2 - Atividades de difusão do campo empírico

	AÇÕES DE DIFUSÃO	
	2019	2020
APESP	Semana Nacional de Arquivos; Seminários; Oficinas; Cursos; Publicações da Revista do Arquivo, livros técnicos e guias; Encontros; Treinamentos; Capacitações técnicas e Exposições Físicas	Seminários; <i>Lives</i> ; Semana Nacional de Arquivos; Publicações da Revista do Arquivo; Encontros
APEES	Celebrações de datas comemorativas; Exposição física; Exposição virtual; Caminho do Imigrante; Semana Nacional de Arquivos e Publicações da Revista do Arquivo	<i>Lives</i> ; Semana Nacional de Arquivos; Publicações da Revista do Arquivo e Exposição virtual
APERJ	Palestras; Participação em Mesa Redonda; Semana Nacional de Arquivos; Oficina; Participação na Semana Fluminense do Patrimônio; Participação em Seminário; Participação na Semana de Graduação – UERJ Sem Muros e Publicação de Livro	Participação em palestras; Participação na Semana Fluminense do Patrimônio; Participação em Mesas Redondas; Participação em <i>Lives</i> e Seminários

APM	Semana Nacional de Arquivos e Exibição do filme Macunaíma	Exposição Virtual; Semana Nacional de Arquivos; Live e Palladium Projeta
------------	---	--

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos sites, nos relatórios de atividades das instituições e nas informações recebidas via e-SIC.

Ao analisar as informações contidas no quadro, é possível observar algumas mudanças nas ações dos Arquivos. Em decorrência da pandemia da COVID-19, que teve início em 2020, muitas atividades precisaram ser realizadas em novo formato. Por isso, as *lives* estão presentes como ações em todos os Arquivos no ano de 2020. Além disso, pelo mesmo motivo de pandemia, neste mesmo ano algumas atividades precisaram ser suspensas, já que as reuniões presenciais foram interrompidas, como por exemplo as exposições físicas.

Outra novidade que vale destacar aqui foi a realização do evento denominado Palladium Projeta, pelo APM, em 2020. Este evento consistiu na projeção de fotografias pertencentes ao acervo do APM em prédios nas vizinhanças do Sesc Palladium. A ação buscava conectar os moradores aos equipamentos culturais do Estado, enquanto os espaços estavam fechados em decorrência da pandemia.

Cabe apontar a Semana Nacional de Arquivos como uma das atividades presentes em todos Arquivos analisados e que se manteve, em sua maioria, nos dois anos analisados. No que diz respeito à utilização do termo ‘participação’ nas ações do APERJ, este foi empregue, em decorrência das atividades de difusão indicadas pela instituição serem participações do corpo de funcionários do Arquivo em eventos organizados ou sediados por outras instituições. Uma pequena parcela ocorreu, de fato, nos espaços do APERJ.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi possível observar com essa pesquisa, é que a difusão ainda não é considerada uma prioridade nos arquivos públicos estaduais localizados no Sudeste do país. Apenas uma instituição, dentre as analisadas, possui uma política de difusão: o APESP. A ausência deste instrumento é uma problemática para o estabelecimento de diretrizes que promovam o acesso aos acervos.

Assim como a política de difusão, durante o levantamento de dados, constatou-se que o APESP também é o único arquivo que possui um setor responsável exclusivamente pelas ações educativas. Percebe-se, portanto, que o desinteresse em relação a difusão também está presente na estrutura

organizacional das instituições. A importância de um setor que esteja focado particularmente nas atividades educativas, é essencial. Somente assim será possível concentrar profissionais que se dedicarão exclusivamente a pensar, planejar e executar tais ações nos ambientes dos arquivos e fora deles.

Sobre os desafios enfrentados em decorrência da COVID-19, foi possível constatar que as instituições buscaram se atualizar para atender as novas demandas e realizar as atividades para os cidadãos, mesmo que distantes fisicamente. Com isso, foram verificadas algumas mudanças, positivas ou não, nas ações dos Arquivos.

Por fim, é necessário enfatizar que a difusão ainda é uma função arquivística pouco abordada se comparada com outras funções da área. É preciso que mais discussões sejam realizadas sobre esse tema e que este assunto esteja cada vez mais presente tanto no ensino de Arquivologia quanto dentro das instituições.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber da. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo*, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ESPÍRITO SANTO. **Lei complementar No 370, de 29 de junho de 2006**. Palácio da Fonte Grande: Vitória, 2006.

GOMES, Priscila Ribeiro; MONTEIRO, Magno Vinícius da Silva; COSTA, Alinne Pereira da. Arquivo e escola: a contribuição da internet na difusão das práticas educativas. In: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 5., 2012, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2012.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

MINAS GERAIS. **Decreto No 47.768, de 29 de novembro de 2019**. Assembleia Legislativa: Belo Horizonte, 2019.

PIZANI, Izabel Cristina Micheline; OLIVEIRA, Rogério Eduardo Cunha de. O diálogo no processo de ensino e aprendizagem de acordo com Paulo Freire e Lev Vygotsky. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 8, n. 16, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Resolução N° 339, de 20 de março de 2014**. Casa Civil: Rio de Janeiro, 2014.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015.

RODRIGUES, Fernanda da Silva; GOMES, Priscila Ribeiro. Arquivologia e Educação: múltiplas abordagens. **P2P & INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p. 63-87, 2021.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. Mediação e difusão em arquivos: interrelações teóricas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 144-161, jan./jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Nº 54.276, de 27 de abril de 2009**. Casa Civil: São Paulo, 2009.

VAISMAN, Priscila Soares. **Difusão em arquivos**: uma reflexão sobre o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições. 134f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) - Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2021.